

TRANSCRIÇÃO DE DELIBERAÇÕES

TD Nº075/2016, referente à Reunião da Câmara de 31 de outubro de 2016

DL 343/2016 – A Câmara analisou a Informação Interna nº73/2016 da Dirigente da Unidade Orgânica de Gestão Administrativa e Financeira – Área da Contabilidade, sobre a fixação da Participação Variável do IRS para 2017 de que a mesma poderia ser fixada até 5%.

A Câmara aprovou com a abstenção dos Vereadores António Vitorino Silveira e Artur Armelim Mendonça valor de 5% da Participação Variável de IRS e deliberou remeter à Exma. Assembleia Municipal para aprovação.

DL 344/2016 – A Câmara analisou a Informação Interna nº70/2016 da Dirigente da Unidade Orgânica de Gestão Administrativa e Financeira – Área da Contabilidade, sobre Taxa Municipal de Direitos de Passagem e dando cumprimento à Lei 127/2015 de 3 de Setembro aprovou por unanimidade a taxa de 0.25%.

Mais deliberou a Câmara Municipal remeter à Exma. Assembleia Municipal para aprovação.

DL 345/2016 – A Câmara analisou a Informação Interna nº72/2016 da Dirigente da Unidade Orgânica de Gestão Administrativa e Financeira – Área da Contabilidade, sobre Imposto de Derrama para vigorar no ano de 2017, por via do saneamento Financeiro no Valor de 1.5%. Esta deliberação a Câmara foi aprovada por maioria com os votos com a abstenção dos senhores Vereadores António Vitorino Silveira e Artur Armelim Mendonça.

Mais deliberou a Câmara Municipal remeter esta proposta à Exma. Assembleia Municipal para aprovação.

J. P. 1

DL 346/2016 – A Câmara analisou a Informação Interna nº73/2016 da Dirigente da Unidade Orgânica de Gestão Administrativa e Financeira – Área da Contabilidade, sobre Imposto Municipal sobre Imóveis e pelo mesmo foi explicado que houve uma redução da taxa máxima para o próximo ano e que a mesma está fixada em 0,45% e que o código do CIMI prevê no nº18 do artº 112, que os Municípios que se encontrem em situação de Saneamento Financeiro podem aplicar a taxa de 0,5%, mas que, e considerando que a receita prevista se encontra dentro dos limites do PSF (Plano de Saneamento Financeiro), que é necessário fazer uso do disposto no citado artigo e que a proposta do executivo acaba por ser uma redução de taxa propondo:

Prédios Rústicos – 0,8% e Prédios Urbanos 0,45%

A Câmara aprovou por maioria as taxas propostas bem como remeter à Exma. Assembleia Municipal para fixação da mesma, com abstenção dos senhores Vereadores António Vitorino da Silveira e Artur Armelim Mendonça.

DL 348/2016 – A Câmara analisou a Proposta de Deliberação nº05/2016 no sentido da alienação dos artigos urbanos 470 e 479 da Freguesia do Topo com vista à construção da sede da nova Junta de Freguesia do Topo, cujo contrato de cooperação se encontra já aprovado, posta à discussão a proposta foi aprovada por unanimidade.

DL 349/2016 – A Câmara analisou a Informação Interna nº06/GAP/2016 subscrita pelo senhor Chefe de Gabinete apresentando para apreciação e votação o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas, que surge na sequência da recomendação 1/2009 de 7 de Julho do Conselho de Prevenção da Corrupção em Portugal criado pela Lei 54/2008, o mesmo foi aprovado por maioria com a abstenção dos senhores Vereadores António Vitorino da Silveira, Aires António Fagundes Reis e Artur Armelim Mendonça.

DL 350/2016 – Pelo senhor Presidente foi apresentada a Informação Interna nº74/2016 da Dirigente da Unidade Orgânica de Gestão Administrativa e Financeira – Área da Contabilidade, contendo a Proposta de Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal para 2017, pelo mesmo foi explicado que este é o último Plano que se apresenta este mandato e que portanto considera que ficam inscritas todas as acções com que se

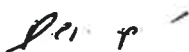
apresentou perante os Municípes, disse que a grande aposta para 2017 vai no sentido de dotar o Concelho e em particular as Fajãs de condições para a promoção do Turismo, expôs que foram dotadas as rubricas que estão para já com linhas de financiamento abertas no quadro comunitário PO2020 nomeadamente saneamento e resíduos e que com a integração do saldo de gerência que se prevê que ronde os 2 milhões de euros serão reforçados projetos nomeadamente de requalificação urbana da Calheta. Apresentados os números para 2017 os mesmos são os seguintes: Orçamento total da Receita 5.708.577€ sendo que 4.222.487€ são receita corrente e 1.486.090€ são receita de capital e que a despesa é no total de 5.708.577€, sendo que receita 2.631.747€ são despesa de corrente e 3.076.830€ são despesa de capital. De seguida foi apresentado o Mapa de Pessoal que prevê apenas a criação de um lugar de técnico superior na área do urbanismo, colocado a votação o Orçamento e as Grandes Opções do Plano foram aprovados por maioria com abstenções dos senhores Vereadores António Vitorino da Silveira, Aires António Fagundes reis e Artur Armelim Mendonça e o Mapa de Pessoal foi aprovado por unanimidade.

DL 351/2016 – Pelo senhor Presidente foi apresentada a proposta de deliberação nº06/2016 sobre os descontos descritos no artigo 112º-A do CIMI, e deliberou por unanimidade propor à Exma. Assembleia Municipal os seguintes descontos:

1 dependente – 20€, 2 dependentes – 40€ e 3 ou mais dependentes 70€.

Paços do Município, 31 de outubro de 2016

O Presidente



Décio Natálio Almada Pereira